

# COMPLEXIDADE DA CONTABILIZAÇÃO DE COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS *BUSINESS COMBINATION*: ABORDAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM SÃO PAULO

**Douglas Bodê do Nascimento**

Bacharelado em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). Email: douglas.nascimento@edu.fecap.br

Recebido em: 20 de maio de 2012 / Aprovado em: 13 de agosto de 2012

Editores Responsáveis: Prof. Ms. Marcelo Krokosz; Prof. Dr. Wanderley Carneiro

Processo de Avaliação: *Double Blind Review*

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar e demonstrar os desafios encontrados em uma combinação de negócios de acordo com as normas internacionais de contabilidade, conhecidas como *International Financial Reporting Standards - IFRS*, bem como, através de pesquisa de campo, identificar os aspectos do *business combination* ministrados nas instituições de ensino superior. A pesquisa visa demonstrar pelo método descritivo, baseada na literatura contábil, na legislação societária brasileira e por meios de pesquisa de campo nas instituições de ensino no município de São Paulo a percepção de conhecimento sobre o assunto. A escolha do tema deve-se à sua relevância mediante a complexidade do processo devido à quantidade de fusões, aquisições, cisões e incorporações ocorridas no Brasil nesta última década e à aplicação das normas internacionais na divulgação do evento.

**Palavras-chave:** Combinação de negócios. Normas internacionais de contabilidade. Contabilização de fusão, aquisição e cisão.

## ABSTRACT

This study aims to identify and demonstrate the process of accounting for a business combination with a international accounting standards, like a International Financial Reporting Standards - IFRS as well as through field research to identify the aspects of the combination given business

institutions of graduation. The research aims to demonstrate the descriptive method, based on the accounting literature, the Brazilian corporate law and by means of research in educational institutions in São Paulo's perception of knowledge on the subject. The choice of the theme due the relevance and the complexity of the subject because the a lot of mergers, acquisitions, splits and mergers occurred in Brazil during the last decade and application of international standards in transmission the event.

**Keywords:** Business combination; International accounting standards. Accounting mergers, acquisitions and splits.

## 1 INTRODUÇÃO

Diante das mudanças ocorridas no mercado, cada vez mais empresas procuram novos parceiros para seus negócios, seja para aumentar sua participação no mercado ou diversificar seus negócios. A apresentação das transações adequadas às IFRS pode-se mostrar eficiente e eficaz para visualização dessas mudanças nos negócios, de tal forma que os *stakeholders* possam tomar decisões de acordo com suas metas e objetivos.

Devido à falta de padronização em diversos países, à contabilização de uma combinação de negócios apresentar certo grau de complexidade e às inúmeras variáveis apresentadas no processo, serão abordadas neste trabalho as premissas no âmbito da IFRS 3 – *Business Combination*. O objetivo das IFRS é aumentar a transparência, relevância, confiabilidade e comparabilidade das informações fornecidas nas demonstrações financeiras por uma entidade. Portanto, com a aplicação da IFRS 3 nas demonstrações financeiras, podemos garantir principalmente a transparência, uniformidade e confiabilidade de uma combinação de negócios, demonstrados de forma que os usuários possam compreendê-las e compará-las com outras instituições para assim tomarem suas decisões.

Considerando o contexto apresentado acima, surgiu a questão motivadora desta pesquisa: Como as instituições de ensino superior estão se comportando e ministrando as novas regras de combinação de negócios – IFRS 3? Com o intuito de responder a esta questão, será estudado como as Instituições de Ensino Superior que ministram o curso de Ciências Contábeis estão abordando o assunto de combinação de negócios com a aplicação da IFRS 3.

## 2 IMPORTÂNCIA DOS PADRÕES INTERNACIONAIS

Em uma realidade cada vez mais globalizada em que vivemos, é de extrema importância que os profissionais e usuários de contabilidade tenham o conhecimento das regras e normas internacionais de contabilidade (IFRS), pois é desta forma que serão realizadas e analisadas demonstrações financeiras cada vez mais confiáveis a todos. Niyama et al. cita que:

Diante do cenário econômico mundial de globalização, nota-se a importância dos profissionais em deter conhecimentos em nível internacional. O contador é um dos principais personagens na transição da filosofia local das empresas para uma filosofia internacionalmente orientada. (NIYAMA et al., 2008, p.103).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 07 de outubro de 2005, através da resolução nº 1055/05 criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no Brasil (CFC, 2005). A criação do CPC demonstra um grande interesse brasileiro por harmonizar as suas regras contábeis aos padrões internacionais. Segundo Niyama et al (2008, p. 104), “[...] padronizar é adotar um padrão próprio e harmonizar é reduzir as diferenças para que fiquem com os mesmos critérios. De forma simplificada, padronização é o mesmo que uniformização, e harmonização é sinônimo de aproximação”.

A Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e outras providências. A resolução artigo 3º cita que o curso de Ciências Contábeis deve capacitar o futuro contabilista a compreender questões econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização.

Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que **revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional**, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando. (CNE, 2004, p. 3. grifo do autor).

A resolução CNE/CES nº 10/2004 não impõe obrigatoriedade da existência de disciplina específica para as normas de contabilidade internacional. Na opinião de Niyama et al. (2008):

Deve haver no currículo contábil, no entanto, segundo a norma, meios que possibilitem ao futuro formando conhecimento, dentre outros, das questões internacionais que envolvem a contabilidade, como o cenário econômico mundial e as normas internacionais de contabilidade. (NIYAMA et al., 2008, p. 106).

Há ainda muitas instituições de ensino superior que não capacitam futuros profissionais aos âmbitos da contabilidade internacional. “Existem instituições que não ministram a disciplina de Contabilidade Internacional ou similar, deixando um espaço nessa área do conhecimento, talvez pela falta de uma obrigatoriedade expressa da existência da matéria.” (NIYAMA et al., 2008, p. 115).

Através de pesquisa realizada por Niyama et al. (2008), pode-se inferir que o país ficará atrasado na harmonização das normas internacionais de contabilidade.

[...] pode-se inferir que o país poderá ficar atrasado no que se refere ao processo de harmonização das normas e padrões internacionais, aspecto que parece ser fundamental para que as instituições responsáveis pela formação dos profissionais em contabilidade adaptem seus currículos pedagógicos para suprir as necessidades e demandas nesta área do conhecimento. (NIYAMA et al., 2008, p. 116).

É possível inferir, então, a importância da inclusão das IFRS nas grades curriculares do Curso de Ciências Contábeis de todas as instituições de ensino superior do Brasil.

### 3 ARCABOUÇO DA COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

São várias as definições dadas para as transações entre empresas denominadas combinação de negócios. Pode-se definir a combinação de negócios como uma transação ou outro evento por meio do qual uma entidade, o adquirente, obtém o controle sobre um ou mais negócios. Mostra-se relevante a definição de negócios como sendo um conjunto integrado de atividade e ativos que são capazes de serem conduzidos e gerenciados com o propósito de prover retorno em forma de dividendos, redução de custos ou outro benefício econômico para o investidor.

As definições do IFRS 3 se aplicam a todas as combinações de negócios exceto para:

- ✓ Formação de uma *Joint Venture*.
- ✓ Aquisição de um ativo ou um grupo de ativos que não constituem um negócio.
- ✓ Combinação de entidade sob controle comum (Ex. Incorporações).

Essas combinações citadas acima recebem tratamento diferenciado, que não são objeto deste estudo.

Para que se possa ter uma melhor compreensão dos aspectos relacionados à combinação de negócios, a tabela abaixo relaciona algumas outras definições e termos que podem ajudar a compreensão da Combinação de Negócios apresentadas nas normas internacionais de contabilidade.

<b>Adquirente</b>	Entidade que obtém o controle sobre outra.
<b>Adquirida</b>	Entidade que se torna subsidiária de outra.
<b>Data de aquisição</b>	Data em que a adquirente obtém o controle da adquirida.
<b>Valor Justo</b>	Valor de mercado de um bem ou obrigação na data base.
<b>Ágio</b>	Diferença apurada entre o valor contábil de uma sociedade e seu respectivo valor justo (valor contábil adicionado os valores de Marca, Carteira de Clientes, etc. que não podem ser registrados quando criado internamente.)
<b>Goodwill</b>	Diferença apurada entre o valor pago no investimento e seu respectivo valor justo determinado mediante aplicação da porcentagem de participação da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida (Valor pago > %Adquirido). Para caracterizar o Goodwill, o valor pago sempre deve ser superior ao valor do patrimônio adquirido.
<b>Ganho de uma compra vantajosa (Negative Goodwill)</b>	Diferença apurada entre o valor pago no investimento e seu respectivo valor justo determinado mediante aplicação da porcentagem de participação da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida (%Adquirido > Valor pago). Para caracterizar o ganho de uma compra vantajosa (Negative Goodwill), o valor pago sempre deve ser inferior ao valor do patrimônio adquirido.
<b>Entidades ou negócios sob controle comum (Joint venture)</b>	Combinação de negócios em que não existe controlador, ou seja, um não toma decisão sem o "aval" do outro, toda tomada de decisão é compartilhada 50% assim como os investimentos, responsabilidades, entre outros.

#### QUADRO 1 – Definições e termos utilizados na combinação de negócios

Fonte: Adaptado de CPC (2011)

### 3.1 Combinação de negócios

Sayed e Tancini (2010) mencionam que:

[...] Combinações de negócios podem ser estruturadas de diversas maneiras como:

- ✓ Uma ou mais entidades se tornam subsidiárias da adquirente.
- ✓ Uma entidade transfere seus ativos líquidos para outra entidade.
- ✓ As entidades envolvidas na combinação de negócios transferem seus ativos para uma nova entidade, entre outros.

Sayed e Tancini (2010) mencionam que, ao encontrar o adquirente pela essência da transação e não pela forma jurídica, podem-se afetar as aquisições reversas em que a adquirida emite títulos patrimoniais para realizar a compra, sendo ela a adquirida e não a adquirente.

Para contabilização de uma combinação, o único método aceito é o denominado método de aquisição que exige:

- a) A identificação de um adquirente (comprador);
- b) A determinação da data de aquisição (data de obtenção do controle sobre a adquirida);
- c) O custo de aquisição (valor pelo que é adquirida a entidade);
- d) O reconhecimento e a mensuração de ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e qualquer participação não controladora na adquirida; e
- e) O reconhecimento e a mensuração do ágio (*goodwill*) ou um ganho em uma compra vantajosa (*negative goodwill*).

Identificar o adquirente (comprador)

Em toda combinação de negócios deve haver sempre um adquirente que é a entidade que obtém o controle.

Determinando a data de aquisição

A data em que o controle é obtido é a data de aquisição de uma combinação.

Determinando o custo de aquisição

Custo de aquisição é o valor de caixa e equivalente de caixa pago em troca da obtenção do controle da entidade, sendo que a entidade adquirida deve ter seus ativos adquiridos, passivos assumidos e/ou títulos patrimoniais emitidos como forma de pagamento, mensurados a valor justo. Caso exista alguma consideração cedida diferida, este montante deve ser trazido a valor presente, considerando eventuais prêmios e desconto.

#### **Reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos**

Segundo Sayed e Tancini (2010), os ativos adquiridos e os passivos assumidos devem ser mensurados e reconhecidos separadamente pelo valor justo na data da aquisição. Um item é identificável se for separável ou advir de um contrato ou outro direito legal. Existem alguns ativos intangíveis que serão reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas na data de aquisição, mas não das demonstrações contábeis individuais (adquirida).

Sayed e Tancini (2010) ainda mencionam que devem ser mensurados a valor justo os ativos e passivos identificáveis da adquirente sem exceções. As IFRS são baseadas em princípios e não em regras, portanto, elas não apresentam técnicas de mensuração de seus ativos e passivos.

#### **Reconhecimento e mensuração da participação de acionistas não controladores**

A Ernst & Young e FIPECAFI (2010) descreve que a participação dos não controladores deve ser mensurada ou pelo seu valor na data da aquisição, ou pela aplicação do seu percentual de participação sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A diferença entre os métodos de mensuração ocorre quando a adquirente opta por mensurar o valor justo das ações dos não controladores, como, por exemplo, com base nos preços de cotação de um mercado ativo. Esse valor pode diferir do valor da participação dos não controladores sobre os ativos líquidos da adquirida, cujos valores justos foram avaliados pela adquirente.

#### **Reconhecimento do ágio (goodwill) ou ganho de compra vantajosa (negative goodwill)**

De acordo com o IFRS 3 (IBC, 2009), o *goodwill* será o excesso de valor entre (a) e (b):

- a) O valor justo do montante transferido para obtenção do controle, somado ao valor atribuído à participação dos não controladores e ao valor justo de alguma participação existente previamente na adquirida, se houver.
- b) O montante dos ativos adquiridos líquido dos passivos assumidos que foram identificados na combinação e mensurados de acordo com o previsto na IFRS 3.

Em persistindo um excesso de valor de (b) sobre (a), um ganho deve ser reconhecido no resultado do período (ganho de compra vantajosa ou *Negative Goodwill*).

O IFRS 3 diz ainda que: de acordo com a IFRS 3, o *goodwill* não deve ser amortizado e deve ser objeto de análise periódica para determinar se o mesmo deve ser submetido a uma provisão para perda (*Impairment*) ou teste de perda de valor de ativos (teste de *Impairment*), conforme descrito na IAS 36. Esse teste de *impairment* deve ser realizado anualmente garantindo que o valor de *goodwill* não esteja superavaliado. Por o *goodwill* ser um ativo que não pode ser reavaliado, as perdas devem ser reconhecidas diretamente no resultado do período e não poderão ser revertidas posteriormente. A não amortização do *goodwill* significa dizer que não há um período específico para que aquele ativo traga benefício econômico.

Tratando do *negative goodwill*, caso ocorra alguma compra com essa característica, o IFRS 3 determina que a avaliação dos valores justos dos ativos e passivos deve ser refeita, para certificar-se de que não houve um erro na avaliação inicial.

#### 4 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS NA PRÁTICA

Itaú Unibanco VS Santander Real

Itaú e Unibanco

O Itaú e Unibanco, dois dos mais tradicionais e bem-sucedidos grupos empresariais brasileiros, realizaram uma operação de fusão que foi divulgada para o mercado em nov. de 2008, cuja visão de negócio foi:

Consideramos da maior importância que se faça, nessa etapa de crescimento sustentável do Brasil, movimentos de fortalecimento das grandes empresas nacionais, a exemplo do que vem ocorrendo em outros setores da economia, ampliando continuamente nossa capacidade competitiva. (BANCO ITAÚ, 2008).

A operação formou um conglomerado com valor de mercado entre os 20 maiores do mundo e com “o total de ativos combinado de mais de R\$ 575 bilhões, o maior do Hemisfério Sul”, segundo nota de relações com imprensa.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras da ITAÚSA (2010) “os ágios originados substancialmente da associação ITAÚ UNIBANCO foram amortizados até 31/12/2008 com base na expectativa de rentabilidade futura (10 anos) ou pela realização dos investimentos” e “os ágios apurados a partir de 01/01/2009 deixaram de ser sistematicamente amortizados nas demonstrações contábeis da ITAÚSA”.

#### **Santander e Banco Real**

O Banco Santander Espanha assumiu, em julho de 2008, o controle acionário do ABN Amro Real. De acordo com o jornal Valor Online (2008), “somados, Santander e Real terão mais de 55 mil funcionários, 8 milhões de correntistas e 500 mil clientes pessoa jurídica no Brasil”.

Segundo Teixeira e Hessel (2008), os bancos “[...] juntos, formam a terceira maior instituição financeira do País, atrás apenas do Banco do Brasil e do Itaú”.

Conforme divulgado em nota explicativa em suas demonstrações financeiras de 2009, a contabilização da combinação foi feita da seguinte forma:

TABELA 1 – Nota de combinação: Santander e Banco Real

Em milhares de Reais	Valor contábil	Valor justo <sup>(1)</sup>	Ajuste
<b>Ativo líquido adquirido</b>			
<b>Ativo</b>	<b>132.301.795</b>	<b>130.930.255</b>	<b>(1.371.540)</b>
Sendo:			
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	12.147.982	12.147.982	-
Instrumentos de dívida	21.758.968	21.728.385	(30.583)
Empréstimos e financiamentos a clientes	69.669.710	68.039.392	(1.630.318)
Ativo tangível	1.072.896	1.344.375	271.479
<b>Passivo</b>	<b>(119.436.124)</b>	<b>(120.826.655)</b>	<b>(1.390.531)</b>
Sendo:			
Depósitos de instituições de crédito	(20.946.768)	(20.932.165)	14.603
Depósitos de clientes	(75.372.552)	(75.419.151)	(46.599)
Dívidas subordinadas	(3.440.670)	(3.491.143)	(50.473)
Outros passivos financeiros	(5.974.858)	(5.852.833)	122.025
Provisões <sup>(4)</sup>	(3.536.049)	(4.968.623)	(1.432.574)
<b>Ativo líquido adquirido</b>	<b>12.865.671</b>	<b>10.103.600</b>	<b>(2.762.071)</b>
Intangível <sup>(2)</sup>		1.229.716	
<b>Valor justo dos ativos</b>		<b>11.333.316</b>	
<b>Contraprestação total <sup>(3)</sup></b>		<b>38.946.426</b>	
Através de:			
Ações		38.920.753	
Caixa		25.673	
Ágio		27.613.110	

(1) Os valores de mercado dos ativos e passivos adquiridos foram apurados com base em uma avaliação realizada em 29 de agosto de 2008 (data de aquisição) e ajustado em 30 de junho de 2009 conforme permitido pelo IFRS. Esses ativos e passivos foram mensurados com base em avaliações dos ativos tangíveis, na remuneração dos assessores jurídicos relacionada a passivos contingentes (em Provisões) e na análise do fluxo de caixa descontado de outros ativos e passivos, considerando a previsão de benefícios econômicos futuros gerados pelos ativos intangíveis.

(2) Valor relacionado à carteira de clientes, cuja vida útil estimada é de 10 anos.

(3) A contraprestação total baseia-se nos valores pagos pelo Grupo Santander para a aquisição do Banco Real.

(4) Inclui o montante de R\$124.684 mil ajustado em 30 de junho de 2009 relacionado a revisão do valor justo das provisões, conforme permitido pelo IFRS 3.

Fonte: Banco Santander (2010)

## Análise

Foram apresentados acima dois casos de mercados similares para que não haja conflito de informações entre mercados diferentes.

Ao analisar os casos apresentados acima (Itaú Unibanco VS Santander Real), é observado que a combinação entre Itaú e Unibanco não foi tratada conforme o IFRS 3, o que demonstra maior simplicidade na contabilização e menor transparência, já a operação entre Santander e Banco Real foi tratada conforme o IFRS 3, demonstrando uma apuração mais detalhada e com maior transparência da operação.

Na combinação entre Itaú e Unibanco, foi contabilizado um ágio (Diferença entre valor contábil e valor pago), em 2008, amortizável em 10 anos, e os ágios apurados a partir de 2009 serão contabilizados como intangível sem vida útil definida e ativos e passivos pelo seu valor contábil.

Na combinação entre Santander e Banco Real, foi realizada uma apuração do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*) que demonstra como deve ser contabilizados ativos e passivos a valor justo, intangíveis com vida útil definida (10 anos) e intangível sem vida útil definida (*Goodwill*).

Ao contabilizar ativos e passivos a valor justo a instituição demonstra um valor real do bem/instituição adquire, pois em caso de venda desses bem/instituição, o valor que o mercado estaria pagando pelos mesmos seria o mesmo demonstrado em seu patrimônio, enquanto o bem/instituição contabilizado pelo seu valor contábil pode ter um valor subavaliado ou superavaliado, não transmitindo ao investidor confiabilidade e transparência em suas demonstrações financeiras, além de não ser uniformizado, não dando a possibilidade do usuário da demonstração contábil de comparar dois casos semelhantes e dar o seu próprio julgamento da operação.

## 5 ENSINO DA CONTABILIDADE

A qualidade dos cursos superiores em contabilidade no Brasil vem evoluindo a cada dia, o que demonstra um amadurecimento da profissão contábil no país. Peleias (2006, p. 52) afirma que: “O conhecimento sobre o desenvolvimento histórico do ensino superior, e em particular do ensino da Contabilidade no Brasil, contribui para ilustrar que a profissão sempre se preocupou em responder aos desafios a ela impostos”.

Com o avanço da qualidade da informação e com a harmonização internacional dos procedimentos contábeis, é de extrema importância que as instituições de ensino superior adaptem-se rapidamente a essas mudanças como forma de garantir que os profissionais estejam

preparados para o mercado. Peleias (2006, p. 52) orienta que: “Os gestores do ensino superior, coordenadores de curso e professores deveriam usar o conhecimento sobre a evolução histórica [...]” da educação, “[...] para a busca da melhoria contínua no ensino superior da Contabilidade, nos cursos de graduação [...]”.

É de extrema importância também que os cursos superiores desenvolvam uma diretriz de ensino em que a teoria e a prática estejam muito próximas. Os estudantes de contabilidade exigem essa proximidade. Pinto (2001, p. 106) conclui que: “[...] as principais dificuldades que o aluno enfrenta em sala de aula são: a) Falta de conexão entre a teoria e a prática, durante todo o curso e b) Métodos de ensino utilizados pelos professores da Faculdade Santa Lúcia.” Ao se deparar com essas dificuldades, é natural que o aluno procure outra instituição de ensino ou um outro curso que ofereça essa proximidade, ainda segundo Pinto (2001, pp. 106-107).

O artigo 4º da Resolução CNE/CES 10 determina que o curso de graduação de Ciências Contábeis possibilite ao futuro contador competências e habilidades para aplicar adequadamente a legislação vigente, assim como elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz do usuário. Portanto, é determinado tanto pelo aluno e futuro contador quanto pelo Conselho Nacional de Educação e Conselho de Educação Superior que as instituições de ensino capacitem profissionais atualizados e capacitados a atuar no mercado de trabalho nacional, o que faz com que o Brasil evolua ainda mais na área Contábil.

## 6 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste estudo foi utilizado o método qualitativo. De acordo com Neves (1996), um estudo qualitativo “não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados”. Segundo Neves (1996), usa-se o método qualitativo como forma viável e promissora de investigação.

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p 274), “o Estudo de Caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso [...]”; mencionam ainda que “a Metodologia qualitativa tradicionalmente se identifica com o Estudo de Caso”.

Esta pesquisa foi feita por meio de um estudo de caso das instituições de ensino superior da região metropolitana de São Paulo que obtiveram conceito **igual ou superior a 4 (quatro)** no curso de graduação em Ciências Contábeis. Essa pontuação é feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, que analisou as grades curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis buscando visualizar as diretrizes relacionadas à prática do Ensino da Combinação de Negócios nas Instituições.

### 6.1 Variáveis dependentes

Uma variável independente é aquela determinante, e a dependente é a determinada. Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 189), variável dependente é aquela que “consiste naqueles valores a serem explicados ou descobertos, em virtude de serem influenciados, determinados ou afetados pela variável independente [...]”.

Neste estudo, a variável dependente para relacionar a prática do Ensino da Combinação de Negócios nas Instituições de Ensino Superior foram as diretrizes utilizadas como prática de ensino (Exemplo: Lei das Sociedades Anônimas n.º 6.404/76, IFRS ou alguma outra norma vigente ou não vigente). Essas diretrizes foram extraídas das grades curriculares de cada instituição selecionada.

## 6.2 População e amostra

Segundo Colauto e Beuren (2003, p. 118), para determinado estudo são utilizados elementos distintos que possuem certa semelhança em suas características. Esses são chamados de população ou universo de pesquisa.

Foram selecionadas nesta pesquisa as instituições de ensino superior da região metropolitana de São Paulo que obtiveram conceito **igual ou superior a 4 (quatro)** no curso de graduação em Ciências Contábeis. Essa pontuação é feita pelo INEP, através do ENADE, que avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados.

## 6.3 Coleta de dados

Em virtude do tempo, custo e acessibilidade para a realização da coleta de dados, utilizou-se como instrumento de pesquisa das grades curriculares publicadas/disponibilizadas em web sites pelas instituições de ensino, uma vez que isso representa confiavelmente suas diretrizes no momento de lecionar o curso/conteúdo.

## 6.4 Limitações da pesquisa

Todas as pesquisas apresentam alguma forma de limitação. O procedimento adotado nesta pesquisa tem a limitação amostral. A amostra coletada pode não representar, de forma apropriada, todos os Cursos de Graduação em Ciências Contábeis do Município de São Paulo.

Foram consideradas instituições de ensino superior com pontuação superior ou igual a 4 na avaliação do INEP, classificando-as assim entre as melhores do município de São Paulo.

## 7 ANÁLISE DOS DADOS

O resultado da pesquisa foi fruto da aplicação da análise das grades curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior do Município de São Paulo, com o objetivo de visualização as diretrizes relacionadas à prática do Ensino da Combinação de Negócios nas Instituições.

Universidade	Conceito ENADE 2009	Matéria	Semestre	Abordagem
PUC	4	Contabilidade Avançada	3º	No conteúdo programático disponível para alunos, a matéria é lecionada com base no CPC 15.
Mackenzie	4	Contabilidade Financeira II	4º	Com base no conteúdo programático disponível no site, a matéria é lecionada com base na IFRS 3.
Uni Capital	4	Contabilidade Avançada I	7º	Com base no conteúdo programático disponível no site, a matéria é lecionada com base na Lei das Sociedades Anônimas n.º 6.404/76 e Lei n.º 9.457/97 e Instrução CVM 247/96.
USJT - São Judas	4	-	-	Não foi possível identificar o tema na grade curricular disponível no site da universidade.
FECAP	5	Contabilidade Avançada I	5º	No conteúdo programático disponível para alunas, a matéria é lecionada com base no IFRS 3/CPC 15.

### QUADRO 2: Dados levantados

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados coletados junto às instituições de ensino superior do município de São Paulo e dado a situação do problema apresentado nesta pesquisa, (de como as instituições de ensino superior estão se comportando e ministrando às novas regras de combinação de negócios – IFRS 3). Ao considerar que as instituições de ensino superior estudadas foram

instituições com pontuação superior ou igual a 4 na avaliação do INEP, classificando-as assim entre as melhores do município de São Paulo, podemos observar que nem todas elas estão atendendo aos requisitos do mercado, qual seja: de ministrar as novas regras de combinação de negócios. Isso gera uma defasagem na capacitação de profissionais na área contábil.

A instituição UNICAPITAL disponibiliza em sua grade que o curso é lecionado com base na Lei das Sociedades Anônimas n.º 6.404/76, Lei n.º 9.457/97 e Instrução CVM 247/96. A São Judas não disponibiliza maiores informações no *web site*. As outras instituições analisadas aplicam em sua metodologia de ensino as novas regras internacionais de contabilidade (IFRS / CPC).

No total, são trinta e oito instituições de ensino superior localizadas no município de São Paulo. Neste estudo, foram abordadas as cinco melhores, de acordo com INEP, e nem todas elas estão adotando o que há de mais recente no mercado. Isso demonstra que o ensino tem de ter uma reestruturação em todas as instituições, caso contrário, os profissionais não sairão preparados em todos os aspectos para o mercado de trabalho.

Como consideração final, nem todas as instituições de ensino superior, consideradas no estudo, apresentam em sua grade curricular disciplinas correlatas ao ensino da contabilidade de combinação de negócios.

Este estudo não tem a intenção de encerrar esse assunto., Isto é uma forma de instigar o questionamento no meio acadêmico, no qual não são encontradas muitas pesquisas sobre combinação de negócios e sobre como as instituições de ensino superior estão tratando as novas normas contábeis no padrão internacional (IFRS/CPC).

Neste estudo, não foi possível identificar a razão pela qual as instituições não se adaptaram à nova realidade da contabilidade no Brasil, assunto esse que pode ser explorado em pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

- BANCO ITAÚ. Relações com a imprensa. **Associação Itaú e Unibanco cria o maior banco do Hemisfério Sul e um dos vinte maiores do mundo**: um novo banco para melhor servir ao Brasil. 2008. Disponível em: <[http://www.itaubr.com.br/imprensa/frameset.htm?sParam=midia/lernoticia.asp?id\\_noticia=4632](http://www.itaubr.com.br/imprensa/frameset.htm?sParam=midia/lernoticia.asp?id_noticia=4632)>. Acesso em: 22 ago. 2011.
- BANCO SANTANDER. **Nota Explicativa 3 in Demonstrações Financeiras**. 2010. Disponível em: <[http://www.ri.santander.com.br/Download.aspx?Arquivo=i/P5Ux/aSJH/186uYH9xbg==http://www.ri.santander.com.br/web/conteudo\\_pt.asp?tipo=228&id=0&idioma=0&conta=28&submenu=&img=&ano=2009](http://www.ri.santander.com.br/Download.aspx?Arquivo=i/P5Ux/aSJH/186uYH9xbg==http://www.ri.santander.com.br/web/conteudo_pt.asp?tipo=228&id=0&idioma=0&conta=28&submenu=&img=&ano=2009)>. Acesso em: 22 ago. 2011.
- COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003. p. 117-144.
- COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 15 (R1)**. 2011. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC15\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC15_R1.pdf)>. Acesso em: 29 nov. 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução nº 1055**, de 07 de outubro de 2005. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <[http://crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1055.htm](http://crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm)>. Acesso em: 29 nov. 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. Câmara de Ensino Superior. **Resolução CNE/CES 10/2004**. Brasília, DF, 2004.
- ERNST & YOUNG; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. 2. ed. atual. conforme pronunciamentos emitidos. São Paulo: Atlas, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE - IBC. **IFRS 3: Combinação de negócios in IFRS – Normas internacionais de relatório financeiro**. São Paulo: IBRACON, 2009.
- ITAUSA. **Nota Explicativa 3 in Demonstrações Financeiras**. 2010. Disponível em: <<http://ww13.itaubr.com.br/itausa/HTML/pt-BR/download/demon/dcc311209.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2011.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n. 3, p. 1-5, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

NIYAMA, Jorge Katsumi. et al. Conhecimento de contabilidade internacional nos cursos de Graduação em Ciências Contábeis: estudo da oferta nas Instituições de Ensino Superior das capitais brasileiras. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 100-117, jan./abr. 2008. Disponível em: Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rco/v2n2/08.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

PELEIAS, Ivam Ricardo (Org.). **Didática do ensino da contabilidade**: aplicável a outros cursos superiores. São Paulo: Saraiva, 2006.

PINTO, José Marcos Zanella. **Uma contribuição para a melhoria da qualidade do ensino superior de Ciências Contábeis**: um estudo de caso. 2001. 119 f. : + CD-ROM Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas)-FECAP, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.fecap.br/biblioteca/imagens/000004/0000043A.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

SAYED, Samir; TANCINI, Gustavo Raldi. **CPC 15: Combinação de Negócios**. 2010. Disponível em: <<http://ifrsbrasil.com/demonstracoes-contabeis/combinacao-de-negocios-e-consolidacao/cpc-15-combinacao-de-negocios-parte-i>>. Acesso em: 07 ago. 2011.

TEIXEIRA Alexandre; HESSEL Camila. **Fábio Barbosa fará fusão Real-Santander**. 2008. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/1,,EDG81963-9560,00.html>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

VALOR ONLINE. **Com aprovação do BC, Santander assume controle do Banco Real; Fábio Barbosa lidera integração**. 2008. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/589933/com-aprovacao-do-bc-santander-assume-controle-do-banco-real-fabio-barbosa-lidera-integracao>>. Acesso em: 22 ago. 2011.